

GRUPOS POLÍTICOS E COLÉGIO ELEITORAL: MUDANÇAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE-CE NA DÉCADA DE 1950¹

Ercílio Henrique de Lima Gadelha²

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar a importância da década de 1950 para o município de Limoeiro do Norte, do estado do Ceará, uma vez que nesse período ocorreram mudanças que desconfiguraram a política local, com desdobramentos na microrregião do Baixo Jaguaribe, da qual Limoeiro do Norte faz parte, sendo elas: a vitória de Sabino Roberto na eleição de 1954, primeiro prefeito eleito com o apoio do grupo dos Oliveira, quebrando uma hegemonia do grupo dos Chaves que durava mais de 80 anos no executivo de Limoeiro do Norte; e a emancipação dos distritos de Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo no ano de 1957, que até então pertenciam ao município de Limoeiro do Norte, fato que fragmentou não só o território, mas também as lideranças, grupos políticos e a população/colégio eleitoral. Para isso, este trabalho privilegiou os esforços do italiano Antonio Gramsci, especialmente pelo seu conceito de “grupos dirigentes” ou “classe dirigente”.

Palavras chave: Limoeiro do Norte. Grupos Políticos. Colégio Eleitoral.

POLITICAL GROUPS AND ELECTORAL COLLEGE: CHANGES IN THE MUNICIPALITY OF LIMOEIRO DO NORTE-CE IN THE 1950S

Abstract: The purpose of this article is to problematize the importance of the 1950s for the municipality of Limoeiro do Norte, in the state of Ceará, since during this period there were changes that distorted local politics, with consequences in the micro-region of Baixo Jaguaribe, of which Limoeiro do North is part of it, namely: the victory of Sabino Roberto in the 1954 election, the first mayor elected with the support of the Oliveira group, breaking the hegemony of the Chaves group that lasted more than 80 years in the executive of Limoeiro do Norte; and the emancipation of the districts of Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe and Alto Santo in 1957, which until then belonged to the municipality of Limoeiro do Norte, a fact that fragmented not only the territory, but also the leaders, political groups and the population/electoral college. For this, this work favored the efforts of the Italian Antonio Gramsci, especially for his concept of “leading groups” or “ruling class”.

Keywords: Limoeiro do Norte. Political Groups. Electoral College.

¹ Para um aprofundamento nas disputas pelo poder executivo de Limoeiro do Norte no período pós-redemocratização, ver minha dissertação de mestrado, intitulada: *Discurso e poder dirigente: as eleições municipais de Limoeiro do Norte-CE na “Nova República” (1988-2016)*, defendida na UFCG no ano de 2021, pesquisa financiada pela CAPES.

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, *campus* de Limoeiro do Norte - Ce, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM (2014 - 2018). Foi bolsista do PET de História na graduação. É mestrem em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2019 - 2021), onde também foi bolsista da CAPES. E - mail: henrique-gadelha@hotmail.com.

1 Introdução

O município de Limoeiro do Norte, localizado na microrregião do Baixo Jaguaribe, do estado do Ceará, desde sua elevação a vila em 1873, foi dominado politicamente por apenas dois grupos, os Chaves de 1873 a 1955, e os Oliveira a partir de 1955, fato que, dentre outras forças sociais, como a atuação da Diocese, ainda se encontra nas entrelinhas das articulações dos grupos dirigentes³, e das disputas pelo poder administrativo municipal ocorridas durante a ditadura empresarial-militar⁴, bem como no pós-redemocratização⁵. Outro fator de forte influência na seara política de Limoeiro do Norte foi a emancipação de três distritos que pertenciam ao município, sendo eles, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo, ocorrida no ano de 1957.

Esses fatores não podem ser analisados como uma simples relação de causa e efeito no jogo político, a história não pode ser tratada como uma esteira na qual os fatos são enfileirados, um a um. Esses fatores foram processados nas relações sociais reais influenciando e sendo influenciados nos mais variados aspectos da vida social, ou seja, as citadas famílias foram politicamente dominantes, mas também socialmente dirigentes, e a emancipação de cada um dos distritos tiveram desdobramentos coletivos que podem ou não serem mensurados no cotidiano das relações sociais, uma vez que envolveu questões políticas, sociais, econômicas, mentais e etc. Ou seja, com diferentes dimensões temporais.

Dito isto, o objetivo deste trabalho foi problematizar as transformações ocorridas em Limoeiro do Norte, na década de 1950, na qual o município passou por um *status* de transição que remodelou vários de seus aspectos, como território, população/colégio eleitoral e lideranças políticas e sociais. Mudanças que persistiram no regime ditatorial, no período de redemocratização e permanecem na época atual, influenciando não só no campo político e social, mas também no campo da memória.

³ Utilizo o conceito de grupos dirigentes ou classe dirigente tal qual como foi criado por Gramsci (2001), para identificar grupos restritos que determinam atividades econômicas, políticas e culturais de uma massa social, em instâncias diretas, seja a partir do poder de coerção estatal, ou nos diferentes campos de direção social.

⁴ Conceito utilizado por René Dreifuss (1981) que permite identificar socialmente os civis que participaram efetivamente do golpe de 1964 e do regime ditatorial.

⁵ Para um aprofundamento nas disputas pelo poder executivo de Limoeiro do Norte no período pós-redemocratização, ver minha dissertação de mestrado, intitulada: *Discurso e poder dirigente: as eleições municipais de Limoeiro do Norte-CE na “Nova República” (1988-2016)*.

2 O município de Limoeiro do Norte antes da década de 1950: uma breve apresentação

Limoeiro do Norte é uma cidade do estado do Ceará fundada em 1897, que teve sua origem ligada principalmente aos caminhos percorridos ainda no século XVII, que adentravam os sertões cearenses pelo leito de rios e riachos secos. Traçaram esses caminhos os refugiados da “guerra-holandesa” (1654), da “guerra dos mascates” (1711) e outros que vieram de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte “pelas praias e, a partir da foz do Jaguaribe, subiam por suas ribeiras e afluentes em busca das nascentes, tangendo as primeiras “sementes” de gado”. A microrregião do baixo-Jaguaribe, da qual Limoeiro faz parte, funcionou como uma encruzilhada desses caminhos, assim, provavelmente, “Limoeiro, São João, Alto Santo, Quixeré, Russas... foram “pontos de encontro” destas linhas de penetração” (LIMA, 1997, p. 30-33).

Embora a colonização no Ceará tenha ocorrido de forma contrária ao restante do Brasil, ou seja, do sertão para o litoral, a colonização na região cearense do Vale do Jaguaribe, subdividida nas microrregiões Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, se deu a partir do litoral, especificamente do porto das barcas de Aracati, considerada a “boca do sertão” pelo acesso dado ao rio Jaguaribe⁶, principal via de penetração nos sertões cearenses (LIMA, 1997, p. 31-33).

No fim do século XVIII, Manoel José Rodrigues da Silva se instalou em terras correspondentes ao atual Limoeiro, tornando-se, provavelmente, o 1º fazendeiro daquela localidade. Essas terras faziam parte do povoado Sítio Igreja das Russas⁷ desde 1734. Apesar da chegada do Pe. Vicente em 1808, Limoeiro fugia à regra da colônia portuguesa no que diz respeito ao desenvolvimento de um povoado em torno de uma capela, inaugurando tal centro católico apenas em 1845 (LIMA, 1997, p. 38 e 218).

Não só Limoeiro, mas todas as localidades, para conquistar o status de Vila (município) no período imperial, passou por um processo determinado pelo Concelho Geral da Província. O padre Francisco de Assis Pitombeira⁸, descreveu bem o processo em que Limoeiro percorreu até conquistar as competências necessárias para a sua autonomia política.

⁶ Seu curso, com afluentes, vai de Aracati até os brejos do Cariri, encontrando-se com o rio Salgado, e até os sertões de Quixeramobim, subindo o rio Banabuiú (LIMA, 1997, p. 31).

⁷ Povoado elevado à Vila de São Bernardo de Russas em 1801.

⁸ Francisco de Assis Pitombeira formou-se padre pela Diocese de Limoeiro do Norte. Foi um dos eclesiásticos presentes no palanque montado pela ocasião da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Assumiu a direção do Colégio Diocesano Padre Anchieta, bem como foi diretor da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos por vários anos, lugar onde lecionou Latim (REGIS, 2004, p. 19).



[...] é assinalada no seu início pela benção da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Esse fato abriu caminho para a criação do distrito de paz e, em seguida, para a instalação da freguesia. Essa veio em 1863. Não obstante o vaivém de transferência da sede entre Limoeiro e São João, essa fixa-se definitivamente em Limoeiro em 1870. Daí para elevação do povoado a Vila foi um passo, pois era praxe do Conselho da Província erigir em vila (município) a povoação onde houvesse matriz. Graças à interferência do vigário, Pe. Francisco Ribeiro Bessa, então deputado provincial, que barrou pretensões de Morada Nova, Limoeiro foi erigida em Vila em 1871. Essa fase em que Limoeiro adquiriu os instrumentos institucionais de sua autonomia política⁹.

Como relatou o padre Pitombeira, Limoeiro elevou seu status a Vila em 22 de julho de 1871, contudo, ela só foi instalada em 1873. Com isso, instalou-se o primeiro tabelionato (cartório) de Limoeiro, o que praticamente iniciou e consolidou o domínio da Família Chaves na política limoeirense, com a nomeação de Serafim Tolentino Freire Chaves como tabelião (LIMA, 1997, p. 44 e 318).

O cartório, por excelência, é uma fonte de poder, pois todos os registros de posse e escrituras ficam sob sua responsabilidade, além do que, dentro do jogo político partidário tem o privilégio de conduzir os processos eleitorais, que via de regra, eram fraudulentos. Eram nos cartórios que se elaboravam as listas de votação, execução do processo eleitoral e contagem dos votos, numa época em que as eleições foram por muitos estudiosos definidas como eleições à bico de pena” (REGIS, 2004, p. 90).

Com o controle do cartório era possível fraudar as eleições, como afirmou Franklin Gondin Chaves¹⁰, em entrevista concedida para o Núcleo de Documentação Cultural da UFC - NUDOC, “quinze dias antes da eleição meu tio [Francisco Celestino] começava a chamar: Fulano assina aqui. E o sujeito assinava quatro, cinco nome de eleitor, modificando letra do eleitor”¹¹.

Esse cartório foi passado “de mão em mão” pela família Chaves. De Tolentino Chaves para Francisco Celestino, que foi casado com uma filha de Tolentino, de Celestino para Sindulfo Chaves, e dele, após sua morte, o comando foi entregue a sua filha, Judith Chaves.

Essa família, mesmo sendo originária da região jaguaribana, distante 201 km da capital cearense, Fortaleza, mantinha forte relação com a política estadual. Franklin Chaves contou para o NUDOC que seu pai, Sindulfo Chaves, “vivia para o Accioly”¹². Ele se referia a Oligarquia Acciolina, grupo político liderado por Antônio Nogueira Accioly. A família Chaves foi uma forte

⁹ FOLHA DO VALE. Limoeiro do Norte. Edição 04, ago. 1997.

¹⁰ Franklin Gondin Chaves nasceu no dia 10 de fevereiro de 1908, no Sítio Bom Futuro, onde hoje fica o Bairro Damas, em Fortaleza. Sua família é originária da Região Jaguaribana. Seu avô paterno era de Aracati e seu avô materno era do Icó. Sua família já exercia atividade política tanto em Limoeiro como em Fortaleza. Em 1933, Franklin foi eleito para a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, exercendo várias vezes o cargo interino de prefeito. Fundou e liderou o movimento da Ação Integralista Brasileira em Limoeiro. No cenário estadual, foi governador do Ceará (12 de agosto a 12 de setembro de 1966) e assumiu sucessivos mandatos como Deputado Estadual (REGIS, 2004, p. 21 e 85-94).

¹¹ NUDOC, Projeto Lideranças políticas: Franklin Gondin Chaves.

¹² NUDOC, Projeto lideranças políticas: Franklin Gondin Chaves.

aliada dessa Oligarquia “que ficou longos anos no poder, no Estado do Ceará, no auge da “política dos governadores” da Primeira República, sendo destituído por uma revolta popular, em 1912, liderada por Franco Rabelo” (REGIS, 2004, p. 85).

No período que antecede a elevação da Vila à categoria de cidade ocorrida em 30 de agosto de 1897, Limoeiro possuía um comércio ainda em forma embrionária, “limitava-se às bodegas que funcionavam nos “quartos” do mercado arrematados da Câmara Municipal, mediante leilão anual” (LIMA, 1997, p. 319).

Esse cenário mudou apenas com a valorização da cera da carnaúba, que permitiu a acumulação de riqueza dos donos dos carnaubais. Esse enriquecimento fez nascer um “novo tipo de liderança social e política, baseada na produção de cera e no comércio a ponto de “fazendeiros” poderem ser eleitos prefeitos”. Com isso, pela primeira vez, a burocracia político-administrativa de Limoeiro do Norte construída a partir do poder cartorial foi questionada (LIMA, 1997, p. 320).

Limoeiro nunca teve “Coronel de baraço e cutelo”, um chefe prepotente comandante de um exército de cabras e de jagunços, um fazendeiro latifundiário coiteiro de cangaceiros. Pelo contrário, a alternância das secas e cheias não permitia a acumulação de riqueza, provinda de pecuária, numa área que cedo fragmentou-se em pequenas propriedades. O conflito político ia estabelecer-se entre comerciantes e burocratas (LIMA, 1997, p. 321)

O centro de Limoeiro, lugar onde foi construída sua capela em 1845, e por isso, lugar de referência para o início de sua povoação, é banhado e cercado por quatro rios secos: Jaguaribe, Banabuiú, Quixeré e Riacho Seco. Com isso, no baixo-Jaguaribe, Limoeiro era o lugar mais afetado com as alterações climáticas da região, sofrendo entre períodos de secas e de cheias. Fato que permaneceu até 2002, quando foi concluída a construção do maior reservatório de água doce do estado do Ceará, o açude Castanhão¹³, que estabilizou a situação desses rios mantendo o nível de água adequado durante todo o ano.

Pelas razões climáticas citadas, até o final do século XIX o sistema de produção em Limoeiro, segundo Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 319), basicamente consistia em pecuária de quintal e agricultura de subsistência. Assim, o conflito entre o grupo que controlava a máquina administrativa municipal, a partir do controle cartorial, e um certo grupo de comerciantes enriquecidos estabeleceu-se apenas a partir de 1920, pois foi o período no qual a riqueza acumulada da cera da carnaúba, e não da pecuária, permitiu o surgimento de um novo tipo de liderança (LIMA, 1997, p. 321).

¹³ O Açude Castanhão ou Açude Público Padre Cícero foi construído no leito do rio Jaguaribe, no município de Jaguaribara-CE. Teve suas obras iniciadas em 1995 e concluídas em 2002.

Como já foi mencionado, os Chaves eram os representantes dessa burocracia exercida pelo controle cartorial. Tal família também exerceu atividades comerciais, como cita LIMA (1997, p. 322), “mantiveram por muito tempo um pequeno comércio de consumo (a Casa Grande de Antônio Gomes, a loja de Camilo Cunha, etc)”. Bem como alega REGIS (2004, p. 82), “Franklin Chaves era um comerciante local que mantinha uma casa comercial na companhia de seu irmão José Chaves [...]. A casa comercial lidava com produtos variados, mas sua principal atividade era no ramo de tecidos”. Contudo, não eram práticas comerciais engajadas “na transformação econômica provocada pela valorização comercial da cera de carnaúba” (LIMA, 1997, p. 322).

Foram Os Oliveira, liderados por Manfredo de Oliveira Lima, proprietário da sociedade comercial Oliveira & Irmão, que assumiram a “gerência financeira das rendas acumuladas pelos produtores de cera, criando um novo pólo de poder informal” (LIMA, 1997, p. 321).

Dito isto, existiu um conflito entre os Chaves e os Oliveira, que Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 321) sintetiza-o como: “burocracia x economia”, significando, respectivamente, o grupo dos Chaves, que teve como origem de seu poder sócio-político o controle cartorial, e o grupo dos Oliveira, que conseguiu sua ascensão sócio-política a partir da gerência do comércio da cera de carnaúba produzida na região.

Embora esse poder sócio-político dos Chaves não se limitasse ao poder burocrático proporcionado pelo controle cartorial, assim como o poder sócio-político dos Oliveira não se restringia ao comando no comércio da cera de carnaúba, o conflito existiu, e, na perspectiva do embate eleitoral, teve como determinante o ano 1954. Vejamos as seguintes listas dos prefeitos eleitos através da influência direta de cada grupo político.

Grupo dos Chaves

- Filipe Santiago de Lima (1919-1927)
- Pedro Saraiva de Menezes (1927-1930)
- Sindulfo Serafim Freire Chaves (1933-1934)
- Custódio Saraiva (1935-1936)
- José Chaves (1936-1937)¹⁴
- Francisco Pergentino Mendes Guerreiro (1937)

¹⁴ Irmão de Franklin Chaves. Renunciou ao cargo em 1937, segundo Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 385) por ocasião do golpe de Getúlio Vargas ocorrido neste mesmo ano, sendo substituído por Francisco Pergentino Mendes Guerreiro, que assumiu a prefeitura por alguns meses.

- Custódio Saraiva (1937-1945)
- Sindulfo Serafim Freire Chaves (1945)¹⁵
- Francisco Remígio (1945-1948)
- Estevão Remígio de Freitas (1948-1951)
- Francisco Nonato Freitas (1951-1955)

Grupo dos Oliveira

- Sabino Roberto (1955-1959)
- Pedro Alves Filho (1963-1965)
- Evaldo Holanda (1965-1967)
- Antônio Holanda (1973-1977)
- Evaldo Holanda (1977-1983)
- José de Oliveira Bandeira (1983-1988)

Dessa forma, Limoeiro chegou no período da segunda redemocratização do Brasil com uma política local dominada pelos grupos apoiados por Manuel de Castro Filho, representante dos interesses dos Oliveira, família que teve como base para sua ascensão social o comércio da cera da carnaúba. Diferentemente dos Chaves, que utilizavam as ferramentas do próprio Estado, especificamente a burocracia cartorial, para manter seu poder de coerção e direção social, os Oliveira construíram um poderio econômico que lhes concederam condições para exercer direção social.

3 A Eleição de 1954 e a atuação de Manuel de Castro Filho

Na eleição de 1954, a família Chaves que exercia forte controle sob às escolhas dos prefeitos da cidade se viu derrotada pela primeira vez, depois de um domínio que durou mais de 80 anos (1873-1955). O candidato vitorioso foi um ex-integralista nascido na cidade de Russas, o senhor Sabino Roberto. Ele foi apoiado pelo Coronel Manuel de Castro Filho, que, vindo da cidade de Morada Nova, despontava na política de Limoeiro do Norte através do apadrinhamento de outra família tradicional do município, os Oliveira (LIMA, 1997, 324).

¹⁵ Com a queda da ditadura (1937-1945), Sindulfo Chaves volta a ser prefeito por alguns meses (LIMA, 1997, p. 385).



Essa eleição significou uma ruptura de hegemonia no executivo de Limoeiro do Norte, um exemplo disso foi a manutenção da força dos Oliveira nos pleitos eleitorais, através da atuação do Coronel Manuel de Castro Filho, que depois de conseguir eleger Sabino Roberto em 1954, dominou completamente as duas décadas seguintes, ajudando a eleger Pedro Alves Filho em 1962, Evaldo Holanda em 1964 e 1976, e Antônio Holanda em 1972.

O grupo ainda foi responsável pela vitória de José de Oliveira Bandeira¹⁶ (o Careca) em 1982. A força política do Coronel Manuel de Castro Filho em Limoeiro pode ser notada ainda nos dias atuais com José Maria de Oliveira Lucena¹⁷. José Maria foi o principal secretário da gestão de Manuel a frente do governo do estado do Ceará (1982-1983), e foi recentemente eleito prefeito de Limoeiro do Norte em 2016 e reeleito em 2020.

É importante destacar que representantes das famílias Chaves e Oliveira Lima, como Franklin Gondim Chaves e Manfredo de Oliveira Lima, não dominaram apenas a esfera política. Foram indivíduos que comandavam grupos de características dirigentes, ou seja, seu poder era exercido em várias camadas da sociedade. Os integrantes dessas famílias eram intelectuais, comerciantes, políticos e etc. Dessas lideranças surgiram “autores como Maria das Dores Vidal¹⁸ e Lauro de Oliveira Lima¹⁹, que ajudaram a construir a memória do município e das suas próprias famílias” (MACHADO, 2016, 32).

¹⁶ José de Oliveira Bandeira, conhecido popularmente como Gladstone Bandeira ou Careca, disputou quatro eleições para prefeito de Limoeiro do Norte, 1976, 1982, 1992, 1996, saindo vitorioso em duas oportunidades, 1982 e 1996. O político faleceu no dia 24 de agosto de 2010 aos 81 anos.

¹⁷ José Maria de Oliveira Lucena ou Zé Maria, nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 01 de julho de 1945. É um Desembargador Federal aposentado. Iniciou sua vida política em 1967 quando foi eleito para a câmara municipal de Limoeiro do Norte. Foi Assessor da Vice-Governadoria do Estado do Ceará de 1981 a 1982, e Secretário para Assuntos da Casa Civil e de Administração do governo do Estado do Ceará entre 1982 e 1983. Atualmente ocupa o cargo de prefeito do município de Limoeiro do Norte, para o qual foi eleito no ano de 2016 e reeleito no ano de 2020.

¹⁸ Maria das Dores Vidal “[...] foi Diretora da Escola Normal desse município [Limoeiro do Norte] no final do século XX e início do século XXI” (MACHADO, 2016, p. 32). Ela organizou, junto com Maria Lenira de Oliveira, o livro *Limoeiro em Fotos e Fatos* (1997), que traz, de forma cronológica, fotos e fatos de incontáveis acontecimentos da história de Limoeiro do Norte, bem como trajetórias de vida de sujeitos pertencentes a elite limoeirense, vividos desde o processo de formação de Limoeiro enquanto cidade, elevada a tal condição em 1897, até o ano do centenário municipal/publicação do livro. Segundo Wellington Machado (2016, p. 99), “[...] a família Chaves, [...] esteve envolvida com a Escola Normal na maior parte da sua existência. Entre a década de 1960 e 1980, por exemplo, as diretoras carregavam em seus nomes o sobrenome Chaves e/ou Saraiva, começando com Judite Chaves Saraiva, irmã de Franklin Chaves e prosseguindo com Maria José Brilhante Chaves e Maria Lirete Saraiva Feijó. A outra diretora, depois desse período, foi Maria das Dores Vidal (mais conhecida como Basinha), que não carregava o mesmo sobrenome, mas que foi adotada como parte da família, através de laços afetivos e profissionais”.

¹⁹ Lauro de Oliveira Lima nasceu em Limoeiro do Norte-CE, no ano de 1921. “Formou-se em direito e filosofia, foi diretor do ensino secundário do MEC, trabalhou no Ministério da Educação no início da implantação dos planos nacionais de alfabetização, foi cassado pelo governo militar, pioneiro de um método pedagógico baseado na teoria da psicogênese de Piaget” (MUNIZ, 2007, p. 120). Além disso, escreveu a obra *Na Ribeira do Rio das Onças* (1997), em que traz uma extensa variedade de dados sobre o município de Limoeiro do Norte, desde as primeiras ocupações de sua terra no período colonial, até a década de 1960.





Em relação a Manuel de Castro Filho, “testa de ferro” dos Oliveira, iniciou sua vida política em 1947 quando assumiu pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado Ceará. Foi eleito deputado estadual em oito mandatos consecutivos, 1947 a 1974, sendo que nos cinco primeiros, 1947, 1950, 1955, 1958 e 1962, era filiado a UDN. Após o golpe de 1964 filiou-se a ARENA, sendo eleito deputado estadual pelo partido em 1966, assumindo nesse mandato a presidência da Assembleia Legislativa e “chegando a ocupar interinamente o governo do estado nas ausências do então governador Plácido Aderaldo Castelo (1967-1971)”²⁰. Reelegeu-se ainda pela ARENA para deputado estadual nos pleitos de 1970 e 1974.

Manuel foi eleito vice-governador de Virgílio Távora em 1978 através de eleição indireta. Em 1982, Virgílio renunciou ao cargo de governador do estado do Ceará para disputar uma vaga no Senado, deixando o governo do estado para Manuel de Castro Filho que assumiu até o final do mandato em 1983.

Entre os coronéis, Manuel de Castro era o de maior atuação no Vale do Jaguaribe, região da qual Limoeiro do Norte faz parte. Segundo Aroldo Mota (2010, p. 139), no Vale, Manuel de Castro participava de comícios e carreatas, e visitava, uma a uma, suas cidades. Especificamente em Limoeiro do Norte, teve forte interferência no que diz respeito a escolha de seus prefeitos, uma vez que, como relatado acima, participou das disputas eleitorais como forte liderança, apoiando candidatos do grupo dos Oliveira, e obtendo sucesso em seis oportunidades, sendo elas, 1954, 1962, 1964, 1976, 1972 e 1982.

Na eleição de 1982, pela qual foi eleito prefeito de Limoeiro do Norte o senhor José de Oliveira Bandeira, Manuel de Castro ocupava o governo do estado e liderava, segundo o memorialista Maurilo Freitas (2009)²¹, o único grupo tradicional em atividade no município, uma vez que o grupo de José Simões, eleito deputado estadual por duas vezes, 1962 e 1966, e o grupo de Franklin Chaves, ex-governador do estado do Ceará (12 de agosto a 12 de setembro de 1966) e eleito deputado estadual em sete oportunidades, 1947, 1950, 1955, 1958, 1962, 1966 e 1970, já haviam perdido suas forças.

O pedagogo limoieirense Lauro de Oliveira Lima chegou a afirmar em seu livro *Na Ribeira do Rio das Onças* (1997) que, “os dois caciques da política de Limoeiro, Manuel de Castro Filho, (herdeiro dos Oliveira) e Franklin, (representante dos Chaves), envelhecidos, emigram para

²⁰ CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Centro de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²¹ Disponível em: <[HistoriaPolitica.de.Limoeiro.do.Norte.\(maurilofreitas.blogspot.com\)](http://HistoriaPolitica.de.Limoeiro.do.Norte.(maurilofreitas.blogspot.com))>. Acesso em: 16 nov. 2022.



Fortaleza, sem deixar herdeiros políticos, em Limoeiro.” (1997, p. 328). Entretanto, pelo menos no que se refere a Manuel de Castro, ele deixou representantes que ainda exercem comando na política limoeirense.

Manuel de Castro Filho faleceu em Fortaleza aos 83 anos em 18 de setembro de 1995. Contudo, ao contrário do que defendeu Lauro de Oliveira Lima (1997), o coronel, antes de migrar para a capital cearense, deixou marcas de sua influência política em Limoeiro do Norte através de José de Oliveira Bandeira, que foi eleito prefeito do município pela primeira vez em 1982 com o decisivo apoio de Manuel; de João Dilmar da Silva²², que foi chamado pelo coronel para compor chapa com José de Oliveira Bandeira, como ele mesmo falou no ano de 2013, em entrevista para a TV Jaguar de Limoeiro do Norte: “[...] fui chamado aqui pelo ex-governador Manuel de Castro para ser candidato a vice-prefeito, em 1982 [...]”²³; bem como através de José Maria de Oliveira Lucena que foi escolhido principal secretário no governo de Manuel.

4 A emancipação dos distritos

Na segunda metade da década de 1950, Limoeiro do Norte experienciava outra mudança. Estava envolvido por uma conjuntura turbulenta causada pela proposta de emancipação dos distritos de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Com isso, Limoeiro perderia noventa por cento de seu território.

A proposta dividiu a elite limoeirense. Políticos, comerciantes e religiosos representantes de famílias tradicionais do município, como os Chaves, os Oliveira, os Holanda, e os Osterne, criaram uma comissão intitulada *Comitê Pró-Defesa de Limoeiro do Norte* que lutava contra os interesses dos líderes distritais que defendiam a proposta de emancipação (MACHADO, 2016, p. 43-44).

Em setembro de 1957, no governo estadual de Paulo Sarasate, esses distritos passaram à categoria de cidade. Para isso, ocorreu uma aproximação entre os dois Deputados Estaduais que representavam a política tradicional do Vale do Jaguaribe, o Coronel Franklin Chaves, do PSD, e o

²² João Dilmar da Silva nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 04 de abril de 1950. Possui formação em Odontologia. Foi eleito prefeito de sua cidade natal em três oportunidades, 1988, 2004 e 2008. Ainda foi eleito para o cargo de vice-prefeito de Limoeiro nas eleições de 1982 e 2016.

²³ Ex-prefeito Dilmar disse que acordo com Paulo Duarte só em outra encarnação parte 2. Limoeiro do Norte: TV Jaguar, 2013. (20:45 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=431SvhaU6XU&list=PL1dol9eEcbHFbwAnBxOnUJJUuFMIRVMTA&index=17>>. Acesso em: 18 ago. 2018.



Coronel Manuel de Castro Filho, da UDN. Ambos foram pressionados pelos grupos pró e contra, mas acabaram cedendo a independência dos distritos.

Essa mudança não diz respeito apenas à condição territorial de Limoeiro do Norte, ela interferiu diretamente na maneira como o município se organizava em seus variados aspectos. As lideranças e o colégio eleitoral da cidade se dividiram. O município não era mais o mesmo. Limoeiro terminou a década de cinquenta e abriu a década de sessenta com novos horizontes, “[...] a maneira de procurar um Norte era distinta. Uma coisa era buscar uma direção para um município que possuía vários distritos, outra coisa era procurar um caminho para um município que perdeu noventa por cento do seu território” (MACHADO, 2016, p. 43).

5 Considerações finais

Partindo de uma análise da história do município de Limoeiro do Norte, considerando seus aspectos sociais, econômicos, geográficos, políticos e culturais, ou seja, de uma investigação pautada na perspectiva da “totalidade”²⁴, entendemos que as mudanças ocorridas sobretudo na década de 1950 foram de suma importância na configuração da classe dirigente e do colégio eleitoral de Limoeiro do Norte.

Em 1954, ocorreu a ascensão do grupo político dos Oliveira na prefeitura de Limoeiro do Norte, rompendo com uma hegemonia política liderada pelo grupo dos Chaves que durou mais de 80 anos. Os Oliveira foram comandados pelo coronel Manuel de Castro Filho e tiveram como fator essencial para sua ascensão social e política o comércio da cera de carnaúba, pois lideravam a produção desse produto na região. Manuel, como líder desse grupo, teve forte influência na formação da política limoeirense, uma vez que a liderou de meados da década de 1950 até a eleição de 1982, e apadrinhou os principais personagens que passaram a liderar as décadas seguintes.

Outro fator fundamental na configuração dessa política municipal foi a fragmentação do território de Limoeiro do Norte no ano de 1957. Seus três distritos, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo, foram elevados a cidade, fazendo com que Limoeiro perdesse noventa por

²⁴ Essa perspectiva refere-se ao que Karl Marx e Friedrich Engels compreendeu em *A Ideologia Alemã* (1998) como uma concepção da história que “[...] não é obrigada, como ocorre com a concepção idealista da história, a procurar uma categoria em casa período, mas permanece constantemente no terreno real da história; ela não explica a prática segundo a idéia, explica a formação das idéias segundo a prática material” (MARX; ENGELS, 1998, p.36).

cento de seu território. O fato não dividiu apenas sua extensão geográfica, mas também seus grupos políticos e todo o colégio eleitoral.

Com isso, muito do que conhecemos hoje sobre a geografia do município de Limoeiro do Norte, bem como sua dinâmica política, lideranças e grupos políticos, população/colégio eleitoral (ou zonas eleitorais), foram sendo construídas a partir da década de 1950, permanecendo até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere:** Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças.** Fortaleza: Assis Almeida, 1997. 535 p.

MACHADO, José Wellington de Oliveira. **Memórias, poéticas e temporalidades: a invenção estética de Limoeiro do Norte (1943 a 1957 e 1957 a 2016).** 2016. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MARX, karl; ENGELS, friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1966-1987).** Rio - São Paulo - Fortaleza: Abc Editora, 2008. 262 p.

MUNIZ, Altemar da Costa. **Trajetórias de vida, espaços de sociabilidade, e projeto político da burguesia “mudancista” cearense (1978-1986).** 2007. 308 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

REGIS, João Rameres. **“Galinhas-Verdes”: Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937).** 2002. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.